

Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes (A4 - LES237/ESALQ/USP)

Aleksia Boon, Amanda Rocha, Isabela Maranzatto, Midas Baert, Rafaela Barreto, Rodrigo V. Rocha

No pós-guerra, a Política Agrícola Comum (PAC) funda os propósitos de segurança alimentar na Europa. Com o intuito de promover estratégias ligadas à defesa, essa política visava assegurar uma oferta abundante de alimentos aos mercados europeus, privilegiando determinados itens assim como a administração de estoques, com uma “preferência comunitária”.

Com a intervenção do Estado, em período de forte crescimento econômico, a agricultura familiar se modernizou com equipamentos e infraestrutura. Assim, os objetivos estabelecidos na época de segurança alimentar foram plenamente alcançados. Porém, o produtivismo induzido por esta política na agricultura se tornou cada vez mais contestado por conta de seus efeitos sociais e ambientais indesejados, como o êxodo rural, a degradação de recursos naturais e o desaparecimento de explorações familiares marginalizadas.

No Brasil, o termo segurança alimentar passa a circular sobretudo na década de 1980, no momento em que ocorria a transição democrática no país. Foi com a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), proposta pela oposição ao governo do presidente Collor de Mello, que o termo alcançou grande difusão. Nesta perspectiva, o termo de segurança alimentar se apresenta de maneira mais ampla, além do aumento da produção agrícola, abrangendo noções de acesso à cidadania, igualdade no acesso aos alimentos, reforma agrária e políticas de emprego e renda. Posteriormente, como consequência da destituição de Collor de Mello e a repercussão da proposta oposicionista, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) foi instituído. O debate sobre o tema se propaga em todo o território brasileiro graças aos comitês que atuam no combate à fome e miséria. A ideia era que o acesso à alimentação adequada pelo povo brasileiro requer mobilizações sociais as quais têm por fim garantir a democratização do país.

De parte da visão produtivista, a solução da fome no mundo se encontraria no comércio internacional de alimentos, suprimindo as barreiras tarifárias consideradas como obstáculos à redução da insegurança alimentar. No entanto, os desequilíbrios nos mercados internacionais depois de um longo período de medidas anti-protetionistas levam a crer que este modelo não atende às necessidades alimentares mundiais.

Portanto, a lógica produtivista e industrial revela suas insuficiências, pois o número de indivíduos em situação de insegurança alimentar cresceu apesar do aumento na produção

agrícola. Ainda mais, a progressão de obesidade pode revelar outra dimensão do problema: a mudança de hábitos alimentares mais locais e, geralmente, mais equilibrados, para uma alimentação mais industrializada com alto poder calórico¹. Aqui, também podemos lembrar os fortes impactos ecológicos causados pela agricultura industrializada que segue esta lógica produtivista.

Por outro lado, os sistemas agroflorestais se difundem cada vez mais no Brasil, fruto da crítica ao produtivismo. Estes sistemas promovem maior qualidade dos alimentos, sem uso de agrotóxicos, podendo ser alternativa para pequenos produtores, inclusive representando maiores renda para as famílias agrícolas.²

Os sistemas agroflorestais representam uma perspectiva de maior garantia de soberania alimentar. Esta noção foi bastante difundida em 1996 pela Via Campesina e outras organizações contrárias à liberação total do mercado internacional de alimentos. Foi definida formalmente como “o direito de cada nação a manter e desenvolver os seus alimentos, tendo em conta a diversidade cultural e produtiva”. A declaração do Fórum de Organizações Não Governamentais (ONGs) ocorrida em Roma, neste mesmo ano, apontou algumas ideias importantes em termos de soberania alimentar, tais como: fortalecimento e prioridade da produção local para alimentar a população; favorecimento do acesso à terra para trabalhadores sem-terra, livre acesso às sementes, direito à água como um bem comum, direito do Estado de proteger os agricultores de importações de alimentos a baixos preços e maior participação popular na tomada de decisão política.

Convém então agora retomar as controvérsias neste campo de debate. A revolução verde permitiu um grande aumento na produção de alimentos, o que é frequentemente visto como excelente passo com vistas à segurança alimentar. Porém, organizações camponesas e muitos especialistas criticam esta visão por não abordar o problema do acesso ao alimento. Os simpatizantes da soberania alimentar argumentam que a revolução verde não alterou a distribuição altamente concentrada do poder econômico, mas sim, a exacerbou. Lembram também de seus problemas em termos de degradação ambiental, especialmente com o uso crescente de herbicidas. A revolução verde provoca também uma perda de conhecimento tradicional, tornando os agricultores mais dependentes de insumos industriais.

Vale citar agora alguns exemplos de agricultores que desenvolvem estratégias com lógicas de soberania alimentar, como aqueles do município de São Pedro e do Vale do Ribeira, ambos em São Paulo. A COOPAMSP (Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro) permite o escoamento de leite de seus cooperados, a partir da instalação de um laticínio

¹ A ideia de “desertos alimentares” ilustra bem as dificuldades de uma boa alimentação, notadamente nos grandes centros urbanos. Estes desertos são locais onde as pessoas precisam se deslocar mais de quatrocentos metros para comprar alimentos saudáveis.

² Ver: <https://www.embrapa.br/busca-de-produtos-processos-e-servicos/-/produto-servico/112/sistemas-agroflorestais-safs>

na região. Seus agricultores também comercializam seus produtos em venda direta em feira semanal de São Pedro, o que os aproxima ainda mais com os consumidores, implicando em maior confiança. Os consumidores passam a conhecer os cuidados com a produção do alimento e assim valorizam ainda mais o alimento local.

No segundo caso, os quilombolas do Vale do Ribeira estão acostumados a produzir alimentos para si, respeitando o ambiente onde vivem e protegendo as florestas. Portanto, constituem um modelo de produção sustentável com muita qualidade. Estes quilombolas desempenham papel essencial para a uma soberania alimentar, a partir de seus sistemas agroalimentares fundados em recursos locais usados com parcimônia.

Enfim, a soberania alimentar é também fortalecida graças a determinadas políticas públicas. O Programa de Aquisição Alimentar (PAA) é um exemplo, com objetivos simultâneos de fortalecer a agricultura familiar e de assegurar o acesso aos alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade alimentar.

O PAA inspirou as mudanças do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que se refere à prioridade de aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar. Recentemente, o Governo do Estado de São Paulo ameaçou retirar fundos da alimentação nas escolas. Trata-se de um grande descaso com a educação, pois a capacidade de aprendizado está relacionada com a qualidade da alimentação. Infelizmente, ainda hoje, muitas crianças e adolescentes, frequentemente, alimentam-se apenas na escola por falta de alimentos em casa.

Em suma, podemos concluir que o debate sobre segurança e a soberania alimentar é complexo. Por vezes, aqueles que defendem a soberania propõem uma ruptura com a noção de segurança alimentar, por acreditarem que esta última está demasiadamente contaminada por lógicas produtivistas. Porém, por vezes, as noções parecem se complementar. É assim no caso brasileiro, onde há reiteradas manifestações em favor de uma segurança alimentar com soberania. .

Referências

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes”, *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, vol. 17(2), Campinas: Unicamp, pp. 78-87